O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano VII | Volume 24 | Nº 71 | Boa Vista | 2025

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.18038343

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

AS VIOLÊNCIAS NAS ESTRATÉGIAS DE VIRILIZAÇÃO E BANALIZAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL NO EXÉRCITO BRASILEIRO

Júlio César Pinto de Souza[1]

Ronaldo Gomes-Souza[2]

Anne Caroline dos Santos Maciel[3]

Erika Priscilla de Freitas Hounsell[4]

Edinaldo Inocêncio Ferreira Junior[5]

Resumo

O assédio moral em instituições militares constitui fenômeno estruturado na articulação entre masculinidade militarizada, hierarquia e disciplina, configurando formas naturalizadas de violência no cotidiano castrense. Deste modo, o presente ensaio teórico discute as singularidades das estratégias de virilização e banalização da violência no Exército Brasileiro, tomando o assédio moral como expressão privilegiada dessas dinâmicas. Parte-se do problema: como as estratégias de virilização e banalização da violência no Exército Brasileiro contribuem para a legitimação de práticas de assédio moral e para o adoecimento psíquico de militares? O objetivo deste estudo é problematizar as singularidades da virilização e da banalização da violência, travestidas de assédio moral nas Forças Armadas brasileiras, apresentando reflexões e críticas que integram, principalmente, a realidade psicossocial da organização do trabalho e suas consequências na saúde mental dos militares. Metodologicamente, trata-se de um estudo de natureza qualitativa, ancorado em método teórico-dedutivo, com fins exploratórios e descritivos. Foram mobilizados procedimentos de revisão bibliográfica e documental, envolvendo, como dados primários, normativas institucionais, notas técnicas e legislações sobre assédio e saúde do trabalhador, e, como dados secundários, produções científicas nacionais e internacionais sobre masculinidades militarizadas, assédio moral e sofrimento psíquico em instituições armadas. A análise dos materiais foi conduzida por meio de hermenêutica sociológica de inspiração psicossocial, buscando articular categorias de gênero, poder e trabalho. Os resultados indicam que a construção de uma masculinidade hegemônica militarizada, associada à virilidade, à agressividade e à obediência incondicional, favorece a transformação do assédio moral em ferramenta de gestão e formação, frequentemente recoberta pelo discurso de preparo para o combate. Evidencia-se que os pilares de hierarquia e disciplina funcionam como dispositivos que silenciam denúncias, obstaculizam reconhecimento de violência, convertem o assédio em ferramenta de formação e gestão, e contribuem para o estigma relacionado à busca de cuidado em saúde mental e para o agravamento de quadros de sofrimento psíquico. Além disso, os rituais e processos de adestramento produzem perfis de liderança que replicam condutas assediosas, enquanto as vítimas apresentam sofrimento psíquico significativo, manifestado em ansiedade, depressão, uso abusivo de substâncias e prejuízos familiares. Conclui-se que o assédio moral constitui violência institucional estruturante, sendo indispensável reconhecê-lo como tal para orientar intervenções, políticas de prevenção e práticas de cuidado voltadas à saúde mental no âmbito das Forças Armadas.

Palavras-chave: Assédio Moral; Banalização; Exército Brasileiro; Subjetividade.

Abstract

Workplace harassment in military institutions is a phenomenon structured around militarized masculinity, hierarchy, and discipline, configuring naturalized forms of violence in daily military life. This theoretical essay discusses the unique strategies of virilization and banalization of violence in the Brazilian Army, taking workplace harassment as a privileged expression of these dynamics. The starting point is the question: how do the strategies of virilization and banalization of violence in the Brazilian Army contribute to the legitimization of workplace harassment practices and the mental health problems of military personnel? The objective of this study is to problematize the unique aspects of virilization and banalization of violence, disguised as workplace harassment, in the Brazilian Armed Forces, presenting reflections and critiques that primarily integrate the psychosocial reality of work organization and its consequences on the mental health of military personnel. Methodologically, this is a qualitative study, anchored in a theoretical-deductive method, with exploratory and descriptive aims. Bibliographic and documentary review procedures were employed, involving, as primary data, institutional regulations, technical notes, and legislation on harassment and worker health, and, as secondary data, national and international scientific productions on militarized masculinities, moral harassment, and psychological suffering in armed institutions. The analysis of the materials was conducted through sociological hermeneutics of psychosocial inspiration, seeking to articulate categories of gender, power, and work. The results indicate that the construction of a hegemonic militarized masculinity, associated with virility, aggressiveness, and unconditional obedience, favors the transformation of moral harassment into a management and training tool, frequently disguised by the discourse of preparation for combat. It is evident that the pillars of hierarchy and discipline function as devices that silence complaints, hinder the recognition of violence, convert harassment into a training and management tool, and contribute to the stigma related to seeking mental health care and to the aggravation of psychological suffering. Furthermore, the rituals and training processes produce leadership profiles that replicate harassing behaviors, while the victims experience significant psychological suffering, manifested in anxiety, depression, substance abuse, and family harm. It is concluded that workplace harassment constitutes a structural form of institutional violence, and recognizing it as such is essential to guide interventions, prevention policies, and care practices focused on mental health within the Armed Forces.

Keywords: Brazilian Army; Moral harassment; Subjectivity; Trivialization.

[1] Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: julio.souza@fametro.edu.br

[2] Doutor em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: ronaldopsicologo@ufam.edu.br

[3] Especialista em Psicologia Hospitalar pela Faculdade Martha Falcão (FMF). E-mail: annemaciel20@gmail.com

[4] Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: erika.p.hounsell@gmail.com

[5] Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: edinaldoferreira.adv@gmail.com

INTRODUÇÃO

O assédio moral em instituições militares constitui um fenômeno complexo, situado na intersecção entre organização do trabalho, relações de poder e produção de subjetividades. As Forças Armadas, são marcadas por competitividade, busca por resultados, pressões por produtividade, por rígidos códigos de hierarquia e disciplina, e nesse contexto a violência simbólica e psicológica tende a ser reinterpretada como parte da formação profissional, muitas vezes travestida de estratégia pedagógica de preparo para o combate. Do ponto de vista psicossocial, a construção de uma masculinidade militarizada, centrada na força física, na agressividade e na obediência incondicional, favorece a transformação do assédio moral em requisito de pertencimento ao grupo. A exigência de que o militar "aguente tudo em silêncio", sem demonstrar fragilidade, alimenta a banalização da violência e dificulta o reconhecimento de si como vítima. Tal dinâmica se articula a um contexto institucional no qual o questionamento da autoridade é sistematicamente desestimulado, contribuindo para o silenciamento de queixas e para a invisibilização do sofrimento psíquico.

Nesse cenário, o presente ensaio analisa as estratégias de virilização e banalização da violência no contexto do Exército Brasileiro, tomando o assédio moral como expressão privilegiada dessas dinâmicas institucionais. Práticas de humilhação reiterada, constrangimentos públicos e "brincadeiras" degradantes são naturalizadas como expressão de virilidade e de endurecimento emocional, encobrindo a gravidade de seus efeitos sobre a saúde mental dos militares e sobre sua vida social e familiar. O tema é relevante por concentrar, questões de gênero, organização do trabalho e saúde mental associadas as singularidades do ambiente castrense, na qual a centralidade da hierarquia e da disciplina podem transformar práticas de humilhação em técnicas normalizadas de formação e gestão. Apesar da relevância e sensibilidade do assunto, durante o levantamento teórico, não foram encontrados estudos sobre o assédio nas Forças Armadas, capazes de problematizar e aprofundar nas entrelinhas da organização do trabalho militar, críticas e reflexões das condutas assediosas.

Por se tratar de instituições que se preparam para a guerra e ações que envolvem perigo de morte, os atributos afetivos, a preparação física e psicológica é constantemente treinada nessas Instituições. O militarismo valoriza o autocontrole e a racionalidade como atributos essenciais para o desempenho das funções militares, exigindo que o soldado controle emoções consideradas 'fracas', como medo e sensibilidade, a fim de manter o foco e a disciplina para cumprir ordens. Nesse mesmo sentido, os atributos da área afetiva "referem-se aos valores e requisitos desejáveis ao profissional militar, e sua avaliação faz parte oficialmente da rotina da formação militar". A preparação psicológica é desenvolvida, impondo ao militar momentos de alto estresse e tensão emocional, simultaneamente a realização de tarefas ou durante

a execução de atividades práticas, com simulações reais de combate. Momento este, em que o militar, dos diversos postos e graduações, é submetido às privações de suas necessidades básicas como água, comida e sono.

A justificativa para esta investigação funda-se em três pontos. Primeiro, há lacunas na produção acadêmica nacional acerca do assédio moral em Forças Armadas, especialmente no que tange às formas simbólicas de legitimação institucional dessa violência. Segundo, as consequências sobre a saúde psíquica dos militares relacionadas à ansiedade, depressão, uso de substâncias, risco suicida, dentre outros, têm implicações relevantes para políticas de prevenção e para a qualidade da atuação profissional. Terceiro, compreender os mecanismos pelos quais normas e rituais militares naturalizam o assédio é condição necessária para conceber intervenções institucionais eficazes.

Diante desse quadro, a questão de pesquisa que norteou o estudo foi: de que modo as estratégias de virilização e de banalização da violência no Exército Brasileiro contribuem para a legitimação do assédio moral e para o adoecimento psíquico de militares? A partir da problematização foi estabelecido como objetivo da pesquisa problematizar as singularidades da virilização e da banalização da violência, travestidas de assédio moral nas Forças Armadas brasileiras, apresentando reflexões e críticas que integram, principalmente, a realidade psicossocial da organização do trabalho e suas consequências na saúde mental dos militares. Em termos específicos, busca-se: a) analisar a construção social da masculinidade militarizada e sua relação com práticas de violência e humilhação; b) discutir de que modo os pilares de hierarquia e disciplina podem funcionar como dispositivos de legitimação do assédio moral; c) examinar o processo de formação que produzem lideranças propensas a reproduzir condutas assediosas; e d) explicitar as implicações psicossociais e os impactos do assédio moral sobre a saúde mental e as relações familiares de militares.

Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, ancorado em método teórico-dedutivo, com fins exploratórios e descritivos, uma vez que busca identificar, sistematizar e analisar padrões. Foram utilizados procedimentos de revisão bibliográfica e documental para a seleção e análise do corpus. O corpus incluiu: (i) dados primários, mobilizando fontes normativas, e regulamentos institucionais disciplinares, notas técnicas e legislações relacionadas a condutas, hierarquia e saúde do trabalhador e referem-se a documentos oficiais selecionados por sua relevância para a compreensão das regras e práticas institucionais; (ii) dados secundários, compostos por livros, artigos científicos e dissertações de âmbito nacional e internacional abordando temas como masculinidades militarizadas, assédio moral e saúde mental de trabalhadores em instituições armadas.

A seleção das obras considerou a pertinência temática, a relevância teórico-conceitual e a contribuição para a compreensão crítica das dinâmicas psicossociais presentes em instituições armadas.

A interpretação foi conduzida mediante hermenêutica sociológica, que permitiu articular categorias de gênero, poder e trabalho na análise dos materiais. Tal abordagem analítica possibilitou identificar sentidos recorrentes, padrões simbólicos, dispositivos institucionais de legitimação da violência e seus efeitos psicossociais sobre os militares. O método hermenêutico orientou, portanto, a construção das inferências teóricas a partir dos dados primários e secundários, possibilitando a formulação das conclusões apresentadas no estudo.

O ensaio está organizado em cinco seções. Na primeira, discute-se a masculinidade como construção social, enfatizando os processos pelos quais determinados ideais de virilidade são produzidos e naturalizados. Na segunda, analisam-se os pilares de hierarquia e disciplina nas Forças Armadas e sua relação com práticas de violência e assédio. Na terceira, examina-se o processo de formação de lideranças propensas a reproduzir condutas assediosas nas instituições militares, destacando ritos, práticas de adestramento e mecanismos de produção de subjetividades. Na quarta seção, são discutidos os efeitos do assédio moral sobre o adoecimento psíquico de militares, inclusive em suas repercussões familiares. Por fim, nas considerações finais, sintetizam-se as principais contribuições do estudo, suas limitações, sendo indicadas direções para pesquisas futuras e recomendações de políticas institucionais.

MASCULINIDADE COMO CONSTRUÇÃO SOCIAL

A masculinidade, historicamente construída como sinônimo de força física, domínio e competitividade (SOUZA; ANTLOGA, 2017), é veiculada desde a primeira infância por meio de brinquedos, jogos e atividades que incentivam a agressividade e a supressão de emoções consideradas "femininas". As construções de diversas masculinidades se mostram pautadas em normas de proceder e comportar-se, onde o homem não pode transparecer sentimentos de amor ou medo, ser viril e comportar-se friamente nas relações formais (RIBEIRO; SANTOS; SILVEIRA, 2021).

A prática de atividades que tenham contato físico e agressividade é frequentemente apresentada como um rito de passagem para a masculinidade, reforçando a ideia de que os homens devem demonstrar superioridade física e capacidade de dominar os outros. Em estudos sobre masculinidades, observa-se que a construção da identidade de gênero é um processo ativo e performativo, produzido nas interações sociais e reafirmado mediante práticas reconhecidas como "coisa de homem". Carminatti *et al*. (2021) e Chung (2023) demonstram que a masculinidade precisa ser continuamente provada perante outros homens por meio de comportamentos que expressam força, resistência e controle emocional, especialmente em contextos de hierarquia e competição. Semelhantemente, Dacquino *et al.* (2022) argumentam que práticas

corporais que envolvem confronto físico e superação da dor funcionam como rituais de legitimação da virilidade, marcando quem é ou não reconhecido como "homem de verdade" em um grupo.

Na adolescência, a busca pela afirmação da masculinidade se intensifica, manifestando-se em comportamentos violentos e competitivos. As brigas e as disputas por status hierárquico nos grupos de pares são incentivadas e naturalizadas como parte do processo de socialização masculina. Esse processo é esclarecido por Rittiner (2011) ao comentar sobre o "*habitus* de gênero" o qual se manifesta em práticas cotidianas e relações sociais, moldado por um conjunto de processos educativos que iniciam na infância, tendo como formadores a família, a escola e os meios de comunicação os quais contribuem para a construção e reprodução desse *habitus*, por meio de mecanismos de diferenciação e hierarquização. A masculinidade é, assim, associada à capacidade de impor-se aos outros e de resistir à dor, contribuindo para a perpetuação de uma cultura de violência. A construção social da masculinidade envolve frequentemente a repressão de sentimentos e emoções, perpetuando um ideal de masculinidade associado à rigidez emocional (BIRCH; BALDRY; HARTLEY, 2017).

Na vida adulta, a busca pela afirmação da virilidade continua, porém, se manifesta de forma mais sutil. No ambiente de trabalho, por exemplo, os homens são frequentemente pressionados a demonstrar ambição, assertividade e capacidade de liderança, características tradicionalmente associadas à masculinidade. Ribeiro, Santos e Silveira (2021) afirmam que o trabalho delineia a honra do indivíduo, sendo uma representação da masculinidade e a conquista do reconhecimento social e familiar.

Na adultez a competição por reconhecimento e ascensão profissional é intensificada, o que pode levar a comportamentos abusivos e antiéticos, por vezes incentivados pela própria Organização. Oliveira (2021, p. 75) alega que "muitas vezes o clima de competitividade e rivalidade entre os trabalhadores é incentivado pela empresa, inflamando a violência no ambiente de trabalho, sendo o assédio moral uma das principais expressões dessa forma de violência".

Pode-se argumentar, ainda, que a perpetuação da violência ao longo da vida adulta está relacionada a diversos fatores, como desigualdades sociais, acesso limitado a recursos, e a internalização de normas e valores que legitimam o uso da força. Entende-se, portanto, que a construção cultural da masculinidade, permeada por normas que valorizam a força, a dominância e a agressividade, socializa os homens para a violência. A violência, longe de ser inerente à natureza humana, é aprendida como prática social e resultado de relações de poder**,** sobretudo no processo de construção das identidades de gênero. Os homens são socializados desde a infância a adotar comportamentos que reforçam dureza, força e dominação como requisitos para reconhecimento masculino, contribuindo para a normalização de práticas violentas na vida cotidiana (CHUNG, 2023; DACQUINO *et al.*, 2022).

Como estratégia defensiva, a educação, em todos os seus níveis, desempenha um papel fundamental na desconstrução da violência nesse processo, promovendo o desenvolvimento crítico e o questionamento de normas sociais. O conhecimento, nesse contexto, emerge como um elemento essencial para a transformação individual e social. Ao adquirir conhecimento sobre os mecanismos da violência, suas causas e consequências, os indivíduos podem desenvolver uma compreensão mais profunda de si e das dinâmicas sociais que os circundam.

A desconstrução de crenças e valores que justificam a violência é um importante passo para a transformação individual. Ao reconhecer a própria capacidade de agir de forma violenta e agressiva, os indivíduos podem buscar estratégias para desenvolver habilidades sociais e emocionais mais saudáveis.

Entretanto, o que ocorre nas Instituições militares é uma idolatria por militares que praticam os diversos tipos de violência, dentre elas o assédio moral, pois desde a sua formação tem esse pensamento virilizado reforçado e incentivado, tanto pelos instrutores (nome dado aos militares que ensinam e formam os novatos) quanto pela própria Instituição que possui regulamentos rígidos, baseados em pilares que não podem ser violados, por serem valores institucionais profundamente arraigados nas Forças Armadas, moldando a cultura organizacional e as relações de poder. Assim, temos que a construção de masculinidade em nossa sociedade contribui para que o militar se torne um profissional com comportamentos inadequados e que se colocam à margem do que se espera de um homem que serve a sociedade.

A HIERARQUIA E A DISCIPLINA

A hierarquia e a disciplina são os pilares das Forças Armadas e outras tropas militares (MARTINS, 2007). Essa estrutura verticalizada promove um contexto propício à ocorrência de assédio moral. Com origens nas relações de poder hierárquicas, tipicamente presentes em ambientes militares, o assédio moral experimenta uma evolução histórica significativa, impulsionando discussões mais aprofundadas sobre o tema na sociedade atual (ÂNGELO; OLIVEIRA, 2021; CARMINATTI *et al*., 2021).

Usando esses pilares como base para todas as ações interpessoais, os militares que possuem postos e graduações superiores a outros militares, por vezes, abusam de sua autoridade virilizada (por ser mais poderoso, forte), submetendo seus subordinados a situações de violências simbólicas/psicológicas que se configuram com as que constituem o fenômeno do assédio moral, por envolver questões de menosprezo, inferiorização, diminuição, desqualificação e outras humilhações e constrangimentos de forma frequente, ao ponto de banalizar todo esse cenário de violências (HELOANI; BARRETO, 2018; SOBOLL, 2017). Configura-se, ainda, em uma violação ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Melo

(2016) argumenta que o abuso de autoridade, bem como outras condutas correlatas, constitui fatores causadores de assédio moral. Entretanto, apesar da violência sofrida, essa forma de relação entre os militares é entendida como natural para o ambiente militar (banalização do assédio). Entretanto, apesar da violência sofrida, essa forma de relação entre os militares é entendida como natural para o ambiente militar, onde as práticas de zombaria e humilhação podem ser naturalizadas, sendo entendidas como algo sem importância (OLIVEIRA; ALBUQUERQUE, 2017). Christensen e Kyed (2022) comentam que a violência é romantizada pela cultura militar e normalizada como expressão de masculinidade.

Uma das considerações para haver esse tipo de postura agressiva e violenta no militarismo é a tradição de ser um ambiente majoritariamente masculino. A partir da década de 1980 entraram as primeiras mulheres na Marinha e na Força Aérea, mas somente em 1992, o Exército Brasileiro recebeu sua primeira turma. Ainda hoje, nos quartéis, a maioria dos militares são homens. Em uma sociedade machista, o militar deve ser um homem exemplar, com uma virilidade impecável. O exército é uma instituição patriarcal que promove uma imagem de masculinidade ideal e hegemônica, baseada na força, disciplina, hierarquia, virilidade, coragem, sacrifício e na disposição para a guerra (MORAES 2025; DACQUINO *et al.*, 2022; SOUZA; ANTLOGA, 2017). Corroborando com tal questão, Christensen e Kyed (2022) afirmam que as Forças Armadas produzem masculinidades militarizadas como ideal social hegemônico.

Associado a virilidade ainda existe outro fator que contribui para esse comportamento, o militar é preparado para a guerra e constantemente capacitado por meio de operações de guerra e simulação de combate real. Moraes (2025) argumenta que a virilidade é um valor central do militarismo que os militares personificam a masculinidade tradicional, associada à guerra e preparação para combate. Complementando, Dacquino *et al.* (2022) argumentam que existe uma relação direta entre virilidade, acesso a armas e legitimação do homem militarizado, afirmando que armas funcionam como "prótese masculina" e símbolo de poder na guerra. Entende-se, portanto, que para ser um verdadeiro militar, deve-se estar constantemente se preparando para uma possível situação de combate, espaço onde as ordens devem ser objetivas, não deixando possibilidade para dúvidas ou execução vagarosa, além da inadmissibilidade do não cumprimento ou questionamento das suas ordens, considerando que Oliveira (2021) afirma que a hierarquia e a disciplina levam o militar ao cumprimento dos deveres e das ordens sem questionamento.

A ética militar, fundamentada no dever, no pundonor e no decoro, orienta os integrantes das Forças Armadas a agirem com integridade e profissionalismo. O cumprimento estrito das leis, regulamentos e ordens é um reflexo dessa ética. O descumprimento de ordens militares configura uma infração disciplinar

de natureza grave, sujeita a sanções proporcionais à gravidade da transgressão e às circunstâncias em que ocorreu, agravando-se em casos de guerra.

A rispidez e grosserias dos militares, então, podem ser entendidas como um reflexo dessa constante vivência de uma possível situação de combate, onde as ordens não podem deixar de ser cumpridas ou mesmo questionadas. No contexto da formação militar e do ambiente vivenciado nos quartéis baseiam-se em uma possível situação operacional ou de guerra, onde o automatismo das ordens e a dinâmica do seu imediato cumprimento é imprescindível (MELO, 2016).

Entende-se, desta forma, que a hierarquia e a disciplina constituem ferramentas valiosas para os militares, possibilitando-os a serem violentos e agressivos com seus subordinados, sabendo que qualquer reclamação ou retaliação significaria a quebra desse duplo pilar, levando o militar a uma transgressão e a consequentes punições que causariam prejuízo no restante de sua carreira. A hierarquia e disciplina, então, são elementos importantes em uma instituição hierarquizada e que não somente esses pilares contribuem para a formação do militar assediador.

A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS PROPENSAS A REPRODUZIR CONDUTAS ASSEDIOSAS NAS INSTITUIÇÕES MILITARES

A formação do militar, em todos os níveis, é carregada de muita pressão psicológica associada a formas agressivas e desmerecedoras, para criar um autocontrole e controle emocional no formando. Na formação faz parte, além dos conteúdos instrucionais (chamada “instrução militar”), a atividade física e ordem unida. Esse conjunto de práticas molda o jovem para ajustar-se aos princípios das Instituições Militares.

Sant’Ana Junior (2023), ao analisar o processo de construção da identidade do “Guerreiro de Selva”, evidencia que os ritos de disciplina e resistência característicos da formação militar amazônica produzem subjetividades baseadas na virilidade e no controle emocional. Essa análise contribui para compreender como o adestramento e os rituais militares operam como mecanismos simbólicos de reprodução de comportamentos e valores que sustentam práticas de assédio e dominação.

Leal e França (2015) comentam que a vida militar para o recém-ingressante é uma imersão em uma nova cultura, marcada por ritos de passagem, linguagem própria comumente depreciativa como “recrutinha”, “mocorongo”, “vagabundo”, etc., e estereótipos como “corte de cabelo raspado”, em que o recém-ingressante passa por um intenso processo de aculturamento, adotando novos valores, linguagens e comportamentos, característicos do universo militar. O início da formação dos militares se constitui de uma série de profanações do “eu” com mudança de concepção da moral de si e do outro, na qual cobrança

recai sobre si e do outro, no sentido de cobrar do outro, tal conformidade à cultura militar viril (SOUZA; ANTLOGA, 2017), que visa testar o psicológico e ir eliminando aqueles que não se adaptaram ao regime (MARTINS, 2007).

As atividades de instrução são momentos de aprendizado específico das Forças Armadas, direcionados a preparação física, atividades operacionais, conhecer armamentos e praticar tiro com as diversas armas existentes na Instituição, contribuindo para a constituição da subjetividade militar viril enquanto a representação do super-homem "macho" que protege a pátria (KARAZI-PRESLER, 2021; SCHAEFER *et al*., 2021). A atividade física tem o intuito de preparar o formando para as atividades operacionais que geram, normalmente, um desgaste físico muito grande, exigindo um preparo físico robusto. Melo (2016) comenta que a carreira militar exige um alto nível de condicionamento físico, o qual é avaliado periodicamente por meio de testes de aptidão física a fim de garantir a manutenção dos padrões de desempenho físico exigidos. Entretanto, nesses momentos, já se insere a prática de abusos e humilhações, obrigando o formando a se submeter a atividades físicas desnecessárias e fora do que se estabelece no quadro de atividades (ferramenta utilizada para descrever todas as atividades de um período, estabelecendo o que deve ser executado pelos formandos em cada uma das atividades).

No processo de formação ocorre um rito de passagem caracterizado por uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações (MARTINS, 2007). Percebe-se que em um ambiente de formação militar, ações e expressões em tons de brincadeira podem representar assédios desumanos e psicologicamente cruéis, na medida em que se utiliza de terror psicológico e expõe geralmente o violentado a situações humilhantes, obrigando-o a realizar tarefas absurdas ou de difícil desempenho com a único fim de ridicularizá-lo na frente dos demais (ANGELO; OLIVEIRA, 2021).

A prática da ordem unida é comum nas instituições militares e caracteriza-se pela execução de movimentos sincronizados e precisos executados por um grupo. Essa prática é muito valorizada, principalmente para os formandos, visto que a ordem unida está para além do estabelecimento de disciplina e do aspecto visual causado para quem assiste. A ordem unida desempenha um papel valioso na formação psicológica dos militares, moldando a mente do indivíduo e fazendo com que ele permaneça longos períodos parado, quase estáticos, contrariando as suas vontades de executar qualquer movimento, por estarem sob as ordens de um superior.

Após um período de reprogramação social, o militar encontra-se pronto para atuar no ambiente militar. Somente aqueles que se adaptam a essa transformação de juízos e opiniões estão prontos para exercer funções de comando e os demais continuarão em uma posição subalterna ou se afastarão. Ferreira, Bonfá-Araújo e Iglesias (2023) comentam que esses mecanismos transformadores, moldam e modificam

juízos e opiniões, levando o indivíduo a sofrer pressões que o induzam a realização de ações contrárias às suas convicções pessoais, submetendo-as às imposições princípios e premissas da Instituição.

A formação ocorre em todos os níveis, entretanto, somente parte desses militares formados assumirá uma função, colocando-o como chefe/líder de um grupo. É sobre esse grupo de profissionais que este estudo tem como público, considerando que eles serão os propagadores dessa violência sofrida na formação.

ASSÉDIO MORAL COMO ESTRATÉGIAS PARA DESTAQUE E ADMIRAÇÃO

Percebe-se que a violência, agressividade e grosseria são características vistas, pela sociedade, como uns traços masculinos e traços desejados para um militar que esteja a frente de um grupo, por demonstrar força. O chefe militar sempre busca se colocar em uma posição de liderança e se sobrepor aos demais, pois na sua formação lhe é ensinado para "ser sempre o melhor". Essa necessidade de se sobrepor vem desde a sua construção social de "como ser homem", sendo reforçada quando ele entra para as fileiras do Exército (MARTINS, 2007; OLIVEIRA; ALBUQUERQUE, 2017).

Ao tornar-se militar, mudanças bruscas de procedimento, comportamento e "desconstrução afetiva" são cobradas do indivíduo, pois os sentimentos e as emoções são fraquezas que devem ser eliminadas (MARTINS, 2007) e toda a dedicação deve ir para a Instituição, oferecendo uma total abnegação da vida que possuía.

Após preparado e ajustado para servir a Instituição, o militar assume uma posição na qual há uma busca pelo respeito e obediência dos subordinados e pares, além de reconhecimento e admiração pelos superiores. Trazendo a formação de homem, adquirida na sociedade, para dentro as Forças Armadas, o militar desenvolve um perfil de indivíduo grosseiro, comportamento bruto e com pouca educação social, pois dentro desse espaço, principalmente no ambiente operacional como quarteis, onde passam boa parte do ano em atividades de simulação de combate ou operações reais de combate, como tropa da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Os militares que desenvolvem esse perfil têm sua figura atrelada à virilidade e ao enaltecimento da imagem de um indivíduo imprescindível para a defesa dos interesses da nação em tempos de guerra. Aqueles que estão fora desse ambiente veem esses militares como figuras de liderança e modelo a serem seguidos e exaltados. Angelo e Oliveira (2021) e Schaefer *et al.* (2021) comentam que a constante busca por ascensão, respeito, poder e temor no meio militar faz com que os militares esqueçam da moral e dos princípios que conduzem a relação de trabalho e de convivência em grupo, resultando assim em um tratamento degradante que suscita um processo contínuo de assédio moral.

A criação do militar modelo pode ser entendida a partir da construção social de masculinidade, a qual é reforçada e aprimorada com atributos de postura soberba e amedrontadora, gerando uma mescla de admiração e obediência, chegando quase a subserviência de seus subordinados e, por vezes, seus pares. Tal mescla está relacionada à disciplina e à hierarquia.

Em face dessa busca por ser temido, respeitado pelos superiores e pares e adorado pelos subordinados, o militar busca se moldar conforme os princípios da Instituição que incentiva a realização de cursos operacionais. Nesses cursos os militares são cobrados ao extremo, exigindo-se do profissional um equilíbrio emocional e psicológico, além de uma preparação física invejável. Esses cursos têm a mística de poucos concludentes por turno, considerando que somente os melhores conseguem. Ou seja, ao conseguir concluir o curso, considera-se que o militar será exaltado e admirado pelos demais. Observa-se, de forma implícita, uma correlação positiva entre a quantidade e a complexidade dos cursos operacionais realizados por um militar e o reconhecimento social que ele recebe de seus superiores, pares e subordinados. A conclusão de cursos de alto nível de dificuldade parece conferir um status diferenciado entre eles.

Os militares que ocupam essa posição de destaque ou que procuram ocupar, buscam relembrar sempre ao grupo a posição que ele ocupa e o quanto ele se distingue dos demais. Para isso ele se utiliza, de forma continuada, de formas agressivas, vexatórias e humilhantes contra outros militares como uma demonstração de força e desprezo, gerando situações humilhantes e constrangedoras no ambiente de trabalho, caracterizando o assédio moral (ANGELO; OLIVEIRA, 2021; HELOANI; BARRETO, 2018; XIE; ZHENG, 2023). Ressalta-se que essa chacota e humilhação proporcionada pelo superior é vista por muitos com algo positivo, reforçando a ideia de que um militar “padrão” é aquele indivíduo grosseiro e agressivo, uma vez que todo militar é preparado para a guerra e nesse espaço de conflito não existe bondade ou amabilidade. Entretanto, Melo (2016) comenta que a liderança que demonstra desrespeito pelos subordinados, é grosseiro, mesquinho e ameaçador, são líderes nocivos, gerando sofrimento para o grupo, a partir do assédio sofrido.

Muitos militares adotam essa postura rude como um traço da sua personalidade, representados por agressividade e grosseiras em todos os ambientes que frequentam, inclusive em seu lar, com sua esposa e filhos. Ao contrário do que pode parecer, a aceitação por um ambiente de trabalho violento e tenso como um ambiente natural para o militar é aparente, pois, a permanência em ambientes de trabalho onde o assédio moral é banalizado pode gerar sofrimento para aqueles envolvidos, sendo expressos pelo adoecimento psíquico e/ou uso abusivo de substâncias psicoativas lícitas, como o álcool. O ambiente de trabalho quando desestabilizado favorece a incidência de práticas abusivas, podendo resultar no

adoecimento do trabalhador, o qual pode apresentar transtornos de humor, transtornos ansiosos, síndrome de *burn out,* uso abusivo de álcool e em casos extremos o suicídio (OLIVEIRA; ALBUQUERQUE, 2017).

O ADOECIMENTO PSÍQUICO DOS MILITARES VÍTIMAS DE ASSÉDIO MORAL

Apesar de ser uma prática comum, já foi constatado que nas instituições militares existem muitos profissionais que sofrem com o assédio moral. Esses militares, por vezes, são mulheres e homens que, por formação familiar, acreditam na educação, bons costumes e respeito ao outro e se sentem desconfortáveis ou sofrem em ambientes onde o assédio moral é naturalizado (XIE; ZHENG, 2023). Esse tipo de violência nas Instituições militares é uma forma de interação ou punição como se observa na pesquisa de Oliveira (2021) na qual ressalta que a cultura organizacional tolerante a prática de trotes e humilhações públicas, cria um ambiente propício ao assédio moral que podem impactar negativamente na saúde mental e na produtividade dos profissionais. Angelo e Oliveira (2021) argumentam que em razão das constantes humilhações e constrangimentos a que é submetida o militar e ainda tendo que frequentar diariamente um ambiente de trabalho cruel e hostil, o assédio moral atinge diretamente a sua dignidade.

Aqueles que não veem "beleza" na grosseira e a identificam como algo negativo e agressivo, sofrem ao serem expostos e humilhados na frente dos demais. Angelo e Oliveira (2021) comentam que a naturalização de práticas violentas e humilhantes nas Forças Armadas contribui para a construção de um ambiente tóxico, no qual o sofrimento psicológico se torna invisível, justificado em nome da disciplina e da hierarquia. Deve-se considerar ainda que "um dos obstáculos enfrentados por aqueles que sofrem assédio moral ou sexual consiste na carência de provas para sua comprovação e a ineficácia de mecanismos de controle no interior do ambiente de trabalho" (OLIVEIRA, 2021, p. 67), fato que dificulta ainda mais a detecção do assédio moral.

O assédio moral pode desencadear o adoecimento psíquico, considerando que a vítima perceba aquele comportamento como violento e repetitivo. Em alguns casos pode desencadear transtornos mentais a vítima, podendo evoluir o quadro clínico do estresse pós-traumático até alterações na personalidade (OLIVEIRA; ALBUQUERQUE, 2017). A Portaria n.º 1999, de 27 de novembro de 2023, destaca que o assédio moral e sexual pode ser considerado fatores psicossociais que desencadeiam Transtornos Mentais, associando o assédio a cerca de 60 transtornos catalogados no Código Internacional de Doenças 10 (CID-10), muitos deles relacionados ao sofrimento psíquico e ao uso de substâncias psicoativas (BRASIL, 2023).

O assédio moral pode desencadear o adoecimento psíquico, levando a vítima a reduzir a produtividade e não conseguir conduzir seus trabalhos por uma insatisfação com o ambiente de trabalho

(ÂNGELO; OLIVEIRA, 2021). O assédio moral gera uma menor eficiência e queda de produtividade da vítima (LEAL; FRANÇA, 2015; MELO, 2016) e além da queda de produtividade ainda podem levar a dificuldades de relacionamento, afastamento do serviço e a inatividade, além de outras consequências que podem atingir também a sua vida familiar (MARTINS, 2006).

A produtividade prejudicada pode gerar um aumento do assédio moral revestido de cobranças pelas incapacidades da vítima produzir o que está sendo determinado, agravando mais o sofrimento e gerando uma retroalimentação para mais admoestações e cobranças. Cita-se que o argumento do assediador sempre é o fato do militar não estar atendendo as demandas exigidas, mas omite o fato de que a vítima já está abalada pelo assédio sofrido anteriormente. Quando a vítima já está no ambiente militar a algum tempo e desde a sua incorporação lhe foi pregada a submissão, não é incomum que as vítimas não reconheçam que o sofrimento experimentado seja devido ao assédio moral sofrido (ÂNGELO; OLIVEIRA, 2021). Algumas vítimas ainda podem alegar que o sofrimento psíquico ocorre devido ao estresse das atividades laborais.

Percebendo a incapacidade de lidar com o assédio sofrido (ou pelo sofrimento não explicado) e não tendo para quem levar essa violência sofrida, a vítima tende a adoecer psiquicamente e fisicamente, visto que esse tipo de violência pode resultar em danos e sofrimentos psicológicos, gerando reflexos na saúde física e mental da vítima (MARTINS, 2006). A exposição prolongada ao assédio moral pode desencadear uma série de transtornos mentais, como a depressão, comprometendo significativamente a saúde psicológica e aumentando o risco de comportamentos suicidas (ÂNGELO; OLIVEIRA, 2021; HELOANI; BARRETO, 2018). Leal e França (2015) corroboram que esse entendimento ao afirmarem que a prática continuada de humilhação e maltrato por parte do assediador cria um ambiente tóxico que rebaixa a autoestima da vítima, expondo-a a um estresse crônico e pode desencadear quadros depressivos severos e consequências sociais e profissionais duradouras.

Ao afastar-se ou receber um atestado a vítima é vista como fraca, “golpista” ou inútil, gerando um sofrimento maior para a vítima, pois além das ofensas do assediador terá agora que suportar as exigências de seus pares e outros superiores, cobrando uma melhora da saúde ou confrontando a vítima para saber se está buscando meios ardilosos para evitar o trabalho. Atualmente ocorre um agravamento do adoecimento mental do militar assediado, conforme pesquisa de Martins (2007) o qual alega que os mecanismos psicológicos desencadeados pelo assédio moral levam a um comprometimento significativo da saúde mental da vítima. Entretanto, Oliveira (2021) afirma que existem várias Jurisprudências dos Tribunais Regionais Federais no Brasil acerca do Assédio Moral, oferecendo amparo para as vítimas.

No contexto militar, Leal e França (2015) e Souza e Antloga (2017) também constataram nos seus estudos prejuízos psicossociais nas singularidades de hierarquia, poder e questões de gênero masculino,

manifestados em diferentes fontes de sofrimento e danos significativos à saúde mental e física. Esse declínio da saúde mental pode culminar em uma progressiva perda da identidade do indivíduo (OLIVEIRA, 2021). Apresentando a sua preocupação, Melo (2016) alega que Exército nenhum pode praticar violência psicológica com seus membros, por acarretar transtornos psíquicos em seus militares, gerando consequências desastrosas.

O sofrimento psíquico causado pelo assédio moral no ambiente militar transcende a vítima, impactando diretamente seus grupos sociais, em especial a família. O ambiente de trabalho é um fator determinante no estilo de vida, no bem-estar emocional e, por consequência, na saúde integral do militar e dos seus. As alterações de humor e de afetividade, comuns em quem sofre assédio, geram angústia também nas pessoas ao redor. O impacto na saúde mental da vítima reverbera em sua estrutura familiar, com consequências psicológicas e emocionais que se estendem aos filhos e ao cônjuge, comprometendo o bem-estar de todo o núcleo familiar (ÂNGELO; OLIVEIRA, 2021). Ressalta-se um debate realizado por Oliveira (2021) sobre os impactos do assédio moral no indivíduo e na família e destacou que o assédio moral pode apresentar severas consequências para a vítima, no âmbito profissional e pessoal, acarretando abalo na sua saúde mental e física, a destruição da carreira e uma desestruturação familiar que pode chegar a um casamento desfeito.

A partir da discussão percebe-se que o assédio moral leva muitos militares a adoecerem, apesar de muitos não conseguirem relacionar o adoecimento com o ambiente de trabalho tóxico que convive, no qual muitas violências são banalizadas. O Assédio moral desenvolve transtornos mentais que os incapacitam e afastam de suas funções e, ao mesmo tempo, criam, para seus pares e superiores, à ideia de ser preguiçoso e “golpista”, gerando sofrimento ainda maior. Esse sofrimento é irradiado para seu ambiente familiar, afetando esposa/esposo e filhos.

Todo esse cenário é agravado devido à postura de virilização que eles têm que assumir cotidianamente, não admitindo “fraqueza”. Assim, o adoecimento físico e psíquico é tido como uma “falha” do militar no Exército, certo de que ele deve ser exemplo de força e resistência. Muitos acabam tendo a dificuldade de reconhecer quadros que prejudicam sua saúde e/ou negam seus adoecimentos, principalmente a partir da banalização das violências dos assédios, que são frequentes. Neste curso, para não demonstrar que fracassou, eles defendem, então, sua honra viril a qualquer custo, em primeiro lugar, como uma espécie de moeda de troca e/ou busca da garantia por respeito e/ou admiração de seus pares e superiores (SCHAEFER *et al.,* 2021; SOUZA; ANTLOGA, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teórico discutiu a dissimulação do assédio moral e as estratégias de virilização e banalização da violência no Exército Brasileiro, tomando como eixo analítico a articulação entre masculinidade militarizada, hierarquia, disciplina e organização do trabalho. O estudo permitiu evidenciar que o assédio moral, longe de se restringir a episódios isolados ou desviantes, tende a ser incorporado como componente cotidiano da socialização castrense, frequentemente justificado em nome do preparo para o combate, da necessidade de "endurecer" o militar e da preservação de uma suposta honra viril.

Em primeiro lugar, evidenciou-se que a construção social da masculinidade militarizada, baseada em ideais de força, agressividade, autocontrole emocional e obediência incondicional, cria condições simbólicas para que práticas de humilhação, constrangimento público e desqualificação reiterada sejam tomadas como sinais de coragem e resistência. Em segundo lugar, verificou-se que os pilares de hierarquia e disciplina, ainda que fundamentais para o funcionamento das instituições militares, podem funcionar como dispositivos de legitimação de violências quando utilizados para silenciar vítimas, inviabilizar denúncias e naturalizar relações assimétricas de poder. Em terceiro lugar, analisou-se como a formação militar, estruturada em rituais de adestramento físico e psicológico, contribui para a constituição de perfis de liderança que reproduzem e intensificam condutas assediosas, alçando o assediador à posição de modelo a ser seguido. Por fim, demonstrou-se que o assédio moral tem efeitos significativos sobre o adoecimento psíquico de militares, com repercussões diretas sobre seus vínculos familiares e sociocomunitários.

Do ponto de vista científico, esta investigação contribui ao aproximar o campo da psicologia do trabalho e das organizações do debate sobre Forças Armadas, um tema ainda pouco explorado pela produção acadêmica brasileira. Ao explicitar a centralidade das dimensões de gênero e poder na compreensão do assédio moral em instituições militares, o estudo amplia o diálogo com abordagens críticas que problematizam as formas contemporâneas de gestão do sofrimento psíquico. Do ponto de vista social, o ensaio oferece elementos para a sociedade compreender melhor por que determinadas práticas violentas são naturalizadas no cotidiano militar e como esse processo impacta a saúde mental dos profissionais e a qualidade das relações estabelecidas com a população que eles se propõem a proteger.

Como limitação, ressalta-se que se trata de um estudo de natureza teórica, apoiado em revisão bibliográfica e documental, restringindo o acesso à experiência vivida dos militares em diferentes regiões e segmentos das Forças Armadas. Há, portanto, a necessidade de aprofundar empiricamente a análise, por meio de pesquisas qualitativas e quantitativas que investiguem, em campo, as manifestações do assédio moral, seus determinantes institucionais e suas consequências para a saúde. Estudos comparativos entre

diferentes forças militares e entre instituições de segurança pública podem oferecer um quadro mais abrangente das convergências e especificidades desse fenômeno.

À luz dos resultados aqui discutidos, recomenda-se que futuras pesquisas: a) examinem, por meio de entrevistas, grupos focais e estudos de caso, as estratégias individuais e coletivas de enfrentamento do assédio moral por parte de militares; b) investiguem os impactos de gênero, raça e orientação sexual na experiência de assédio em contextos castrenses; c) avaliem a efetividade de programas institucionais de prevenção e cuidado em saúde mental voltados às tropas; e d) analisem as relações entre assédio moral, uso abusivo de substâncias psicoativas e risco de suicídio em diferentes fases da carreira militar.

Do ponto de vista de políticas institucionais e de políticas públicas, os achados deste ensaio apontam para a urgência de: a) definir normativamente o assédio moral nas Forças Armadas, alinhando-o às legislações de proteção à saúde do trabalhador e aos direitos humanos; b) criar canais independentes, seguros e confidenciais de denúncia, com garantia de proteção às vítimas e testemunhas; c) incorporar conteúdos sistemáticos de direitos humanos, igualdade de gênero e saúde mental nos currículos de formação e aperfeiçoamento militares; d) fortalecer equipes multiprofissionais de saúde, com atuação preventiva e não somente reativa; e) estabelecer parcerias interinstitucionais com órgãos de controle e de justiça, de modo a garantir que o assédio moral seja reconhecido como forma de violência institucional e tratado como problema de gestão e de política pública, e não somente como questão individual. Tais medidas podem contribuir para a construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, nos quais a disciplina e a hierarquia não se confundam com humilhação, silenciamento e adoecimento.

REFERÊNCIAS

ÂNGELO, L. L. L.; OLIVEIRA, F. F. “Assédio moral no âmbito das relações militares: a violação do princípio da dignidade da pessoa humana”. **Revista de Estudos Jurídicos do UNI-RN**, n. 5, 2021.

BIRCH, P.; BALDRY, E.; HARTLEY, V. “Procuring sexual services: evidencing masculinity diversity and difference through sex work research”. **Sexuality and Culture**, vol. 21, 2017.

BRASIL **Portaria GM/MS n. 1.999, de 27 de novembro de 2023**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <www.saude.com.br>. Acesso em: 23/09/2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03/06/2025.

CARMINATTI, S. *et al*. “The meanings of work and masculinity: a study with military police officers”. **Research, Society and Development**, vol. 10, n. 15, 2021.

CHRISTENSEN, A. D.; KYED, M. “From military to militarizing masculinities”. **International Journal for Masculinity Studies**, vol. 17, n. 1, 2022.

CHUNG, S. “Challenges to Hegemonic Constructions of Militarized Masculinities in the Neoliberal Era: The Case of South Korea”. **Journal of Men's Studies**, vol. 32, n. 2, 2024.

DACQUINO, M. *et al.* **Militarized masculinities**: identifying causes, manifestations and strategies for change”. Geneva: The Geneva Graduate Institute, 2022.

FERREIRA, L. B.; BONFÁ-ARAUJO, B.; IGLESIAS, F. “Lavagem cerebral: ciência, mito e pseudociência do controle psicológico”. **Psicologia e Sociedade**, vol. 35, n. 1, 2023.

HELOANI, R.; BARRETO, M. **Assédio moral**: gestão por humilhação. Curitiba: Editora Juruá, 2018.

KARAZI-PRESLER, T. “Gendered power at work: Constituting moral worth in a hyper-masculine organizational culture”. **Cultural Sociology**, vol. 15, n. 3, 2021.

LEAL, A. S.; FRANÇA, M. H. O. “O assédio moral como conduta violadora dos direitos fundamentais no meio militar”. **Caderno de Administração**, vol. 23, n. 1, 2015.

MARTINS, V. F. **O papel da cultura organizacional “Milícia dos Bravos” na ocorrência do assédio moral**: um estudo na Polícia Militar da Bahia (Dissertação de Mestrado em Administração). Salvador: UFBA, 2007.

MELO, M. S. **A dissonância do assédio moral em relação aos princípios da hierarquia e da disciplina militares** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito). Florianópolis: UFSC, 2016.

MORAES, R.F. “Militarism and Gender Inequality Beyond Wars: Evidence from Brazil”. **Security Studies**, vol. 34, n. 1, 2025.

MPT- Ministério Público do Trabalho. **Nota Técnica PGT/GE n. 01, de 27 de julho de 2022**. Brasília: Procuradoria-Geral do Trabalho, 2022. Disponível em: <www.mpt.mp.br>. Acesso em: 15/08/2025.

OLIVEIRA, I. S. **Assédio moral nas Forças Armadas**: luta por reconhecimento e crítica social (Dissertação de Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos). Manaus: UEA, 2021.

OLIVEIRA, I. S.; ALBUQUERQUE, R. T. “A violação de direitos humanos em decorrência do assédio moral nas Forças Armadas e o conflito aparente em relação à hierarquia e a disciplina militar”. **Cadernos de Derecho Actual**, vol. 8, n. 1, 2017.

RIBEIRO, F. F. M. Q.; SANTOS, C. M. M.; SILVEIRA, P. N. L. “O significado da masculinidade a partir da percepção masculina: diferenças geracionais e a masculinidade atual”. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis: UFSC, 2021.

RITTINER, M. E. N. “A construção do ser masculino”. **Revista Intratextos**, vol. 2, 2011.

SANT’ANA JUNIOR, T. P. “Guerreiros de Selva: o processo de construção da Identidade”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 15, n. 43, 2023.

SCHAEFER, H. S. *et al*. “The military hypermasculine mystique: Sex, status, and emotional control at the United States Military Academy”. **Psychology of Men and Masculinities**, vol. 22, n. 4, 2021.

SOBOLL, L. A. P. **Intervenções em assédio moral e organizacional**. São Paulo: Editora LTr, 2017.

SOUZA, R. G.; ANTLOGA, C. S. “Psicodinâmica do trabalho masculino e a defesa da virilidade: uma questão de gênero”. **Trabalho (En)Cena**, vol. 2, n. 2, 2017.

XIE, L.; ZHENG, Y. “A moderated mediation model of masculinity contest culture and psychological well-being: The role of sexual harassment, bullying, organizational tolerance and position in organization”. **Sex Roles**, vol. 88, n. 1, 2023.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano VII | Volume 24 | Nº 71 | Boa Vista|2025

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima